

# Nova presidente, velhas políticas?

Enviado por Daniel E. Benadava  
01-Nov-2007/n

Caso Cristina acentue as políticas de seu marido, a Argentina corre o risco de desembocar em uma democracia formal e neo-populista.

Em 28 de outubro do presente ano, foi eleita como nova presidente da República Argentina Cristina Fernández de Kirchner, que, durante sua campanha eleitoral, prometeu, no caso de assumir a presidência do mencionado país latino-americano, continuar com a mesma linha político-econômica observada durante a gestão do ainda presidente Nestor Kirchner, seu marido.

Esta promessa mantém muitos em “estado de alerta”, já que o atual presidente argentino implementou, ao longo de seu governo, uma série de políticas econômicas e sociais que, não em poucas ocasiões, podem ser qualificadas de “ambíguas e desconcertantes”.

Assim, por exemplo, resta um longo caminho a se transitar para poder supor que na Argentina se encontrou uma “solução eficiente” pra enfrentar os problemas de trabalho que muitos de seus habitantes enfrentam, já que, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo da República Argentina (INDEC), 42% da população do país encontra-se empregada. Não menos verdadeiro é que, por um lado, nos últimos anos ocorreu uma precarização tanto nas condições de trabalho quanto na renda dos trabalhadores e, por outro lado, segundo a mesma fonte oficial, o desemprego no país é de 8,5% e 10% dos argentinos possuem subempregos.

Além disso, custa crer que na Argentina exista uma “eficaz” política para melhorar a situação dos que nada têm, já que, de acordo com as últimas cifras do INDEC, 23,4% da população argentina se encontra abaixo da linha da pobreza e 8,2% da mesma encontram-se abaixo da linha de indigência. Assim, é certo que nos últimos anos diminuiu a porcentagem de pessoas nessas condições, mas ainda há argentinos que, excluídos da sociedade, vivem em condições subumanas, comendo como animais aquilo que encontram no lixo e sendo tratados como seres “execráveis e marginais”, sobre os quais ninguém parece se preocupar.

Em íntima relação com o exposto no parágrafo anterior, falta também um longo caminho para percorrer para que se possa dizer que, na Argentina, existe uma justa distribuição das riquezas já que, enquanto as reservas do Banco Central da República Argentina superam os US\$ 42 bilhões de dólares, toda essa riqueza em nada parece modificar a vida dos mais pobres da citada nação devido ao fato de que, como há décadas, sua existência está destinada a um lastimável esquecimento governamental.

É difícil considerar a Argentina como uma terra em que existe um absoluto respeito pelos direitos humanos, já que, ao mesmo tempo em que Néstor Kirchner realizou numerosos atos de governo que tornaram possível o julgamento de pessoas que, durante a década de 1970, seqüestraram, torturaram e mataram milhares de argentinos, deve-se dizer que alguns destes sinistros personagens seguem livres. Além disso, Julio López até hoje continua privado ilegalmente de sua liberdade, sem que haja indício algum de seu paradeiro.

Por último, não em poucas ocasiões fica difícil definir corretamente qual a ideologia do atual presidente argentino, que por um lado pleiteia ter “afinidade” com Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Correa e coloca em marcha políticas “progressistas” e, por outro, confabula com organismos internacionais e governos do primeiro mundo que recomendaram a implementação das políticas liberais que conduziram a Argentina e a América Latina ao atual estado de empobrecimento econômico e cultural em que se encontram – além disso, Kirchner também implementa políticas econômicas que pouco se diferenciam daquelas que, durante a década de 1990, foram colocadas em prática pelo ex-presidente Carlos Menem.

Pelos motivos expostos, não são poucos os argentinos que supõem que, no caso de Cristina Kirchner acentuar as “ambíguas e desconcertantes” políticas governamentais que o atual mandatário realiza e realizou, a Argentina corre o sério risco de desembocar em uma democracia puramente formal e neo-populista na qual - como definida pelo Conselho Episcopal Latino-americano no artigo 74 do documento recentemente elaborado em Aparecida, no Brasil -, apesar de contar com processos eleitorais transparentes, não há justiça social uma vez que não se respeitam os direitos humanos, não se elaboram políticas que verdadeiramente promovam o desenvolvimento da população – em especial daqueles que menos têm -, não se promove a distribuição das riquezas e não se criam condições dignas para que os trabalhadores desenvolvam suas tarefas dignamente.

Daniel E. Benadava é psicólogo.

Publicado originalmente pela Alai

Tradução de Mateus Alves

Para comentar este artigo, clique [{In:comente 'aqui}](#).